

**SOBRE A LÓGICA DO VOTO EVANGÉLICO NO BRASIL:  
FILIAÇÃO RELIGIOSA E SEU  
IMPACTO NA POLÍTICA BRASILEIRA**  
*ABOUT THE LOGIC OF EVANGELICAL VOTE IN BRAZIL:  
RELIGIOUS AFFILIATION EVANGELICAL AND ITS IMPACT ON  
BRAZILIAN POLITICS*

Gamaliel da Silva Carreiro\*

**RESUMO:** O presente artigo se debruça sobre o universo dos evangélicos urbanos do Distrito Federal e de São Luís, e concentra-se em dois temas importantes, a saber: o impacto das organizações religiosas sobre o voto dos fiéis. Discute-se os fortes laços construídos entre igrejas e fiéis e seu impacto na política eleitoral. Discute-se ainda o papel cada vez mais proativo das organizações religiosas (igrejas) agindo semelhantemente a partidos políticos, lançando candidatos próprios e influenciando eleições. Percebe-se continuidades em termos de comportamento político eleitoral entre os evangélicos e o restante da sociedade, sobretudo no que tange a aversão a partidos e ideologias político-partidárias. É um fato sociologicamente relevante, as influências das organizações religiosas sobre os fiéis no que tange a orientação do voto, mas tal influência encontra limites, sobretudo em eleições majoritárias.

**Palavras-chave:** Evangélicos; política; Brasil; voto; sociologia.

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); Professor Adjunto II do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil; E-mail: gamasc72@hotmail.com

**ABSTRACT:** *This article focuses on the urban universe of the evangelicals from the Federal District and São Luís, and focuses on two important themes: 'the evangelicals and politics' and 'evangelicals, churches and politics'. It discusses the strong ties built between churches and believers and their impact on the electoral politics. It also discusses the increasingly active role played by the religious organizations (churches), acting similarly to political parties, launching their own candidates and influencing the elections. It is noticed that the political behavior between evangelicals and the rest of society remains the same, especially regarding to party aversion and political-party ideologies. It is a sociologically relevant fact, the influence of the religious organizations on the faithful regarding to the orientation on the vote, but this influence reaches limits, mainly on the majority elections.*

**Keywords:** *Evangelicals; Politic; Brazil; vote; sociology.*

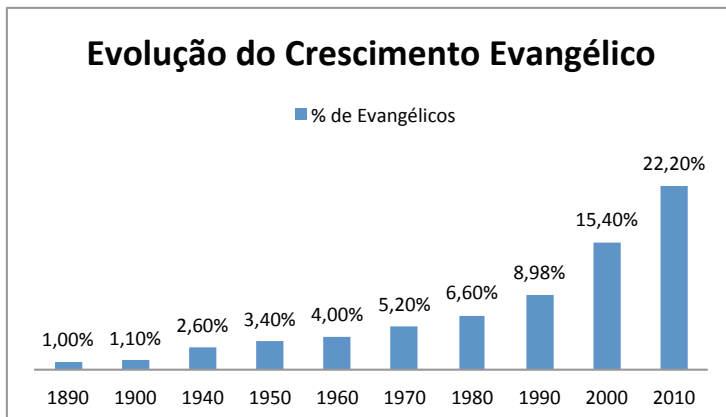
## 1 INTRODUÇÃO

Os dados do Censo IBGE 2010 indicam que o Brasil possui, uma população superior a 200 milhões de brasileiros dos quais mais de 150 milhões possuem vida religiosa ativa, frequentando missas, cultos e/ou ritos religiosos. Não seria equivocado afirmar que a grande maioria desses frequentadores continua acreditando em deuses, seres espirituais, forças holísticas. Milhões ainda realizam os rituais exigidos pelas filiações religiosas: rezam, oram, cantam, contribuem financeiramente para as organizações, entram em transe, enfim, possuem uma ligação, em muitos casos, profunda com o numinoso, mesmo que o sobrenatural tenha que concorrer com outras explicações presentes na sociedade. Pesquisa realizada pela FVG (Neri, 2011) informa que 89% dos brasileiros consideram a religião como algo muito importante tanto do ponto de vista individual quanto social. Neri, (2011) observou que neste assunto o Brasil se aproxima não das nações mais industrializados, mas dos mais pobres, como os do continente africano, do sudeste asiático e de seus vizinhos subdesenvolvidos da América Latina, em que a religião aparece como algo fundamental na cons-

tuição do tecido social. Importante mencionar que estas atividades religiosas ocorrem, sobretudo, em solo urbano, não apenas porque lá vive a maior parte da população brasileira, mas principalmente porque, embora a cidade seja o lugar por excelência do avanço dos processos de secularização (Weber, 1994; Simmel, 1992), as manifestações religiosas não perdem espaço nesses locais, mas são renovadas, reinventadas e crescem em meio a paisagem urbana (Carreiro, 2008).

É justamente no mundo urbano onde se multiplicaram os evangélicos brasileiros ao longo dos últimos 100 anos. O crescimento exponencial desse segmento religioso é um dos fenômenos sociais mais importantes da sociologia da religião brasileira no século XX. Em 1900, o Brasil contava com apenas 11.376 fiéis - excetuando-se o protestantismo étnico (Read, Monterroso & Johnson, 1969; Jacob, 2003) - e em pouco mais de 100 anos consolidam sua presença, aumentando em milhares o número de igrejas e em milhões o de fiéis nas grandes e médias cidades brasileiras, mesmo que maciçamente nas periferias (IBGE, 2010). Em 2010 eles já eram 22,2% da população, ou mais de 42 milhões, distribuídos em incontáveis igrejas. O gráfico abaixo, indica o crescimento dos evangélicos ao longo do século XX, segundo o levantamento do IBGE.

Gráfico: Crescimento evangélico 1890-2010



Fonte: IBGE (2010)

Estes dados, contudo, são de domínio público e até enfadonhos quando apresentados para os leitores de revistas especializadas no fenômeno religioso. De qualquer maneira, nos servem como pano de fundo e ponto de partida de nossa pesquisa com evangélicos urbanos brasileiros.

A título de contextualização, o presente texto faz parte dos resultados de pesquisa iniciada em 2008, em duas distintas regiões metropolitanas brasileiras (São Luis e Distrito Federal). Um amplo questionário com mais de cento e vinte questões fora aplicado e versava sobre diversas temáticas (ética do trabalho, educação, inclinações político-partidárias, percepção do espaço pública, intolerância, preconceitos etc). No presente texto, contudo, faço um recorte da pesquisa geral e apresento algumas tabelas, ensaiando algumas interpretações sobre dois temas importantes, a saber: 1) As visões dos evangélicos sobre as aproximações entre as instituições religiosas e grupos políticos; 2) qual o impacto das organizações religiosas como instituições influenciadoras das escolhas políticas de seus membros.

Ao nos debruçarmos sobre o tema, nos incluímos nos debates acadêmicos que discutem as relações entre evangélicos e política tais como Oro (1996, 2000), Baptista (2007, 2009), Freston (1993, 2006), Mariano (1999), Burity (2006, 2008), Machado (2006), Pierucci e Prandi (1996) entre muitos outros pesquisadores que vêm abordando sistematicamente a questão nos últimos 25 anos. A questão norteadora da presente discussão pode ser explanada da seguinte forma: qual o peso dos evangélicos na política eleitoral brasileira? Os 22,2%, da população, que correspondem a, aproximadamente, 27 milhões de votos (IBGE 2010) de evangélicos, decidem eleições no país? Qual a força das instituições religiosas na orientação/direcionamento do voto de seus fiéis para este ou aquele candidato? Este “voto evangélico” tem relação com a religião dos sujeitos ou com a classe a que ele pertence?

Antes de nos aventurarmos em algumas análises, cumpre fazer alguns esclarecimentos em termos de metodologia utilizada na pesquisa.

## 2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa, especialmente a coleta de dados, teve início no final de 2008 no DF e em 2010 na capital maranhense. Para a realização do estudo, adotamos a metodologia denominada *Rapid Survey Methodology*<sup>1</sup>.

Ao optar por uma pesquisa quantitativa, pretendia-se perceber de forma ampliada, genérica, quem são (em termos econômicos, sociais, morais) esses sujeitos urbanos que declaram filiação religiosa evangélica? No caso específico do presente artigo, tentou-se perceber as relações que são construídas entre fiéis e instituições religiosas e seu impacto na política eleitoral brasileira. Qual o grau de autonomia dos sujeitos em relação às instituições a que são filiados no que concerne a orientação do voto?

Tomamos com referências balizadoras e orientadoras a pesquisa realizada por Francisco Cartaxo Rolim em meados da década de 1980 que culminou na publicação de um dos clássicos da sociologia do pentecostalismo (*Pentecostais no Brasil*, 1985) e a pesquisa *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na rua e na igreja*, coordenada por Fernandes em meados da década de 1990 na cidade do Rio de Janeiro. Ambas as pesquisas eram quantitativas e objetivavam, também, apresentar uma imagem/radiografia dos evangélicos urbanos; a primeira na década de 1980 e a segunda na década de 1990. Nossa pesquisa tenta dar continuidade a esse esforço sociológico de compreensão desse segmento da sociedade, na primeira década do século XXI.

---

<sup>1</sup> Destaco algumas características gerais desse tipo de pesquisa que nos levou a escolhê-la como método: 1) Em virtude do seu baixo custo e por possibilitar respostas rápidas a questões relativas ao conhecimento da comunidade que se quer investigar que era um dos objetivos do trabalho; 2) Gera medidas precisas e confiáveis que permitem análise estatística compatíveis com os métodos estatísticos; 3) É capaz de medir opiniões, atitudes, preferências e comportamentos de um determinado grupo de pessoas; 4) Possibilita mensurar os segmentos do universo estudado estimando seu potencial ou inclinações. Além disso, há outras vantagens nas pesquisas de tipo *survey* com perguntas fechadas. Uma delas é a facilidade de comparação entre os pesquisados. A padronização das informações com respostas fechadas torna a pergunta mais compreensível ao entrevistado e facilita a transferência dos dados para um computador permitindo a tabulação e análise. Por outro lado, as perguntas fechadas podem trazer alguns inconvenientes, tais como limitar as opções de resposta, não dando chance ao pesquisado de expor a sua realidade específica. Tentamos atenuar essa desvantagem no nosso questionário com o uso da opção “Outros e Qual?” que aparecem em algumas perguntas, ampliando a possibilidades de resposta do entrevistado. Mesmo assim, sabemos que ainda é tolhedor ao respondente e estamos cientes dos limites impostos pelas perguntas fechadas.

Quanto à amostra, optou-se pelo método simplificado de amostragem por conglomerados, utilizado em muitas pesquisas com as mesmas características<sup>2</sup>. Foram feitos um pré-testes e o questionário passou por alterações para resolver problemas relativo a linguagem e as respostas. Resolvidos estes problemas, no final de 2008 aplicamos os questionários em 17 regiões administrativas do DF, validando 340 instrumentais. Na capital maranhense, a equipe de pesquisa aplicou os questionários em 18 regiões e foram validados 271 instrumentais no final de 2009. Não foi possível validar mais instrumentais na capital maranhense em razão da elevação da distorção da amostra. Tendo como parâmetro os dados oficiais do censo IBGE (2000) e POF (2003), nossa mostra ficou composta da seguinte maneira:

Tabela1: Composição da amostra segundo tradições evangélicas (2008/2009)

<b>Tradições evangélicas</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>Porcentagem acumulada</b>
Protestante histórico	208	34,0	34,0
Pentecostalismo clássico	261	42,7	76,8
Novas igrejas pentecostais	118	19,3	96,1
Evangélico nominal	24	3,9	100,0
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Carreiro. (2014)

2 Este método pressupõe uma seleção em dois estágios. No primeiro, são construídos e sorteados setores (conglomerados urbanos) na área a ser estudada correspondente ao número de regiões ali existentes. Optamos pela manutenção dos conglomerados estabelecidos pelo IBGE-, 2003 que se repetiram em 2009 nas duas unidades analisadas. Assim, o critério utilizado seguiu o projeto de pesquisa do POF-IBGE (2003,2009), que é o de grandes conglomerados urbanos. A partir dessa referência metodológica, pudemos definir quais conglomerados urbanos deveriam ser objeto da pesquisa. Ordenando os setores urbanos no interior dos conglomerados de acordo com população e a densidade urbana nele existente, elaboramos uma estratificação implícita e calculamos quantos instrumentais deveriam ser aplicados em cada um deles. Levamos em consideração ainda a necessidade de que a amostra deveria equacionar probabilisticamente o número de domicílios do setor, dando maior chance de seleção aos setores com mais domicílios e, portanto, com maior representatividade. A partir dessas ponderações estatísticas e considerando os recortes da pesquisa e os custos operacionais, aplicamos no último quadrimestre de 2008 os questionários em 17 Regiões Administrativas do DF. Do montante aplicado, validamos os seguintes: Taguatinga (30), Ceilândia (38), Guará (22), Sobradinho (14), Plano Piloto (32), Santa Maria (20), Samambaia, P-sul e P-norte (29), Lago Norte e Lago Sul (15), Recanto das Emas (15), Sudoeste (16), Cruzeiro (10), Riacho Fundo I e II (30), Águas Claras (17), Vicente Pires (17), São Sebastião e Gama (36). Na capital maranhense, a equipe da pesquisa aplicou os questionários em 18 regiões no final de 2009. Para a composição da amostra, validamos 271 instrumentais sendo distribuídos assim: Grande Cohab (24), grande Cohatrac (22), Cruzeiro do Anil (12), Maranhão Novo (13), João Paulo (12), Cohama (12), Calhau (09), Araçagi (11), São Cristóvão (23), Coroadinho (17), Alemanha (14), Itaquí - Baçanga (20), Liberdade (15), Filipinho (12), Centro (6), Vinhais (13), São Francisco-Renascença I e II (16) e grande Turú (20).

Por que São Luís e DF? O estudo comparativo entre os evangélicos de dois conglomerados urbanos como São Luís e Distrito Federal objetivava, inicialmente, tentar compreender as continuidades e/ou contrastes em termos de padrões comportamentais desse segmento religioso em duas realidades sociais, econômicas e culturais consideravelmente distintas. Se tomarmos como exemplo o índice de desenvolvimento Humano (IDH), DF e São Luís ocupariam respectivamente a primeira e a penúltima posição no ranque dos Estados brasileiros, (PENUD 2005). O Distrito Federal, é uma região geográfica com uma área de 5.801 km<sup>2</sup>, possui uma população de 2.455.903 habitantes com um grau elevado de exigência em qualidade e diversidade de produtos e bens de consumo (IBGE, 2007). O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2007), divulgou um estudo em que o Distrito Federal ocupava a oitava posição na economia brasileira e a maior renda per capita do país, com R\$ 40.696. Se comparado à economia brasileira, a renda per capita brasiliense representa quase três vezes a nacional, que para o ano de 2007 foi de R\$ 14.465. Em 2008 o IBGE indicava que o PIB do DF era de R\$ 117,5 bilhões. Usando indicadores não consolidados, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2010), fez uma aproximação, e inferiu que a renda gerada pelas atividades de administração, saúde e educação públicas ficara em R\$ 140,9 bilhões em 2010.

Por sua vez, o Estado do Maranhão está entre os cinco Estados com menor PIB per capita do Brasil. Para ser mais exato, é o penúltimo Estado da federação, à frente apenas do Piauí, que continuava sendo, na época da pesquisa, o Estado brasileiro com menor PIB per capita (R\$ 5.373). Utilizando ainda os dados do IBGE, em 2008, o PIB per capita de São Luís subira de um pouco mais de 10 mil reais para 14.920,92, bem melhor do que o resultado geral do Estado. Com um PIB de R\$ 11,2 bilhões em 2006, ante a soma de R\$ 10,3 bilhões registradas em 2005, São Luís ocupa apenas 14<sup>a</sup> posição entre as capitais (IBGE 2008). Em 2010, o IDH da capital maranhense era de 0,768, contra 0,824 do Distrito Federal.

Em meio a dados tão modestos, quando comparado ao primo rico (DF), o Estado e, sobretudo a capital maranhense partilhou do progresso vivido pelo Brasil na primeira década do século XXI, sobretudo, graças ao governo petista. O IBGE registrou uma duplicação do PIB no intervalo de 2002 a 2007, elevando-se de R\$ 15.449 bilhões para R\$ 30.535 bilhões, em grande medida, concentrado na capital. A cidade de São Luís vivenciou um desenvolvimento econômico na última década, saindo da estagnação econômica e industrial, modernizando, urbanizando, diversificando sua economia. A tabela abaixo indica a composição geral da amostra.

Tabela 2. Composição da amostra a partir dos dados consolidados POF-IBGE (2003, 2009)

<b>Conglomerado urbano</b>	População	N. Setores	% Evangélicos	N. domicílios Urbanos	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	N. setores previstos (POF)	N. setores investigados da amostra	Instrumentais aproveitados
São Luís	1.014.837	39	22,3%	330.831	1.207	18	18	271
Distrito Federal	2.455.903	36	27,9%	916.685	444,07	17	17	340

Fonte: IBGE, (2003, 2009); Carreiro (2014)

Embora haja bastante material para um estudo comparativo entre os evangélicos das duas unidades federativas, ao longo das primeiras análises, percebemos muito mais semelhanças do que diferenças entre os evangélicos de São Luís e Distrito Federal. E é sobre essas semelhanças que trataremos nas páginas seguintes. Entendemos que há uma relativa tendência à homogeneização dos centros urbanos do país, em que os valores das metrópoles urbanizadas se consolidam e impõem um novo modo de vida aos seus habitantes. Lopes (1971) afirmou, ainda na década de 1970, e que se tornou mais evidente na atualidade, que os meios modernos de comunicação, a



educação, a estrutura institucional e as condições, mesmo de vida urbana, agem num sentido claramente uniformizador desses sujeitos, embora alguns grupos sejam mais fortemente impactados por esses processos do que outros (BERGER, 1985)<sup>3</sup>.

### 3 EVANGÉLICOS E POLÍTICA

O primeiro tema que gostaríamos de trazer para reflexão diz respeito à relação entre igreja e política eleitoral, especialmente, como o evangélico urbano reage a essa aproximação. Para tentar perceber melhor a temática, indagamos aos entrevistados como se sentem diante da possibilidade das instituições religiosas assumirem posturas proativas no espaço da política. A pergunta se justifica em razão da constatação de que muitas instituições religiosas como IURD, Assembleias de Deus, entre muitas outras lançarem candidatos oficiais a cada pleito, ao mesmo tempo que tem fechado as portas de seus templos para que outros candidatos usem o espaço para fazer campanhas. Importante mencionar que, até a década de 1980 a relação entre os evangélicos e o mundo da política eleitoral podia ser traduzida no seguinte ditado “*crente não se mete em política*”. Embora evangélicos tenham se aventurado na política partidária (Freston, 1993), não constatamos na história do protestantismo e do pentecostalismo a inserção institucional das igrejas na política. A política era um campo demasiadamente “profano” para um crente transitar, quanto mais as instituições religiosas (Ribeiro, 1973; Mendonça, 1975, 2002; Leonard, 1981; Freston, 1993). Um novo ditado popular surgido na década de 1990 parece expressar a nova postura em curso implementada pelas organizações religiosas diante da política, especialmente após a redemocratização; “*Irmão vota em irmão*”.

Desconfiávamos que poderia haver duas posturas distintas sobre a política entre os evangélicos: a primeira, a das organizações reli-

<sup>3</sup> Entre os grupos menos impactados, estão os habitantes das periferias, onde estão concentrados a maioria dos evangélicos urbanos (IBGE 2010). Ali podem persistir certos padrões culturais mais cultivados no campo do que nas cidades. Sobre isso, nos perguntamos: ainda é possível falar em voto de cabresto nas igrejas evangélicas urbanas, como fora encontrado nas pesquisas de Rolim (1985)? A literatura especializada que retratou essa prática política no passado (Leal, 1978; Rolim, 1979) tem sido constantemente utilizada como sistema explicativo por parte da imprensa para compreender o voto evangélico. Essa explicação se sustenta?

giosas e suas lideranças se inserindo no universo da política, utilizando para isso a máquina religiosa e toda o seu capital social; a segunda, a dos fiéis, que não tínhamos ideia de como estavam reagindo a essa instrumentalização da máquina religiosa. Os dados apresentados na tabela abaixo revelam visões distintas e, principalmente, uma divisão entre a população evangélica. Enquanto 39,4% afirmam que a igreja não deve participar de assuntos políticos, outros 38,3% posicionaram-se a favor afirmando que sim, a igreja deve ter uma participação ativa na política e outros 22,3% não possuem opinião formada.

Tabela 3. Opinião dos fiéis da amostra sobre a participação política das igrejas em eleições (2008/2009)

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
A igreja não deve participar de assuntos políticos	241	39,4
A igreja deve ter uma participação ativa na política	234	38,3
Não tem opinião formada	136	22,3
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Carreiro (2014)

Tentamos aprofundar a investigação e cruzamos esses dados com as diferentes filiações evangélicas existentes no Brasil (protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais). Historicamente, protestantes históricos – especialmente os herdeiros da Reforma - sempre mantiveram distância da política partidária no Brasil, (Scampini, 1978; Ribeiro, 1973; Mendonça, 1975; Leonard, 1981), por outro lado, o neopentecostalismo, corrente evangélica nascida na década de 1970, desde a abertura política, na década de 1980, atuou fortemente nesse campo, usando para isso o peso institucional e, logrando êxito nas eleições de seus candidatos oficiais, com o voto de seus fiéis (Freston, 1993; Mariano, 1999, 2003; Siepierski, 2002). Por seu lado, o pentecostalismo clássico que, nesse assunto, historicamente se manteve mais próximo do protestantismo histórico, a partir, especialmente da década de 1990, passou a adotar posturas semelhantes a igrejas neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (Carreiro, 2008; Baptista 2012; 2015). Se há alterações nas posturas das instituições, especialmente as pentecostais, como estão reagindo os fiéis dessas organizações?

Do total de 241 respostas que afirmaram que a igreja não deve participar de assuntos políticos, 36% eram protestantes históricos, 41,1% pentecostais e, apenas 16,6% neopentecostais. Dos que responderam positivamente à aproximação entre igreja e política - e entendemos isso como o consentimento de uma visão mais proativa no uso da máquina religiosa na esfera pública -, 31,6% eram protestantes históricos, 46,2% pentecostais e 20,5% neopentecostais.

Quando iniciamos as pesquisas acreditávamos, com base na revisão da literatura especializada como as indicadas acima, que encontraríamos maior aceitação dessa relação nas igrejas pentecostais e principalmente neopentecostais. Contrariamente, acreditávamos que nas igrejas históricas o grau de aceitação seria menor, em razão da histórica separação desses grupos da política partidária, sobretudo, o uso político das máquinas religiosas. Essas hipóteses, contudo, não se confirmaram, especialmente entre os protestantes históricos. Constataram-se alterações significativas no comportamento político dos protestantes históricos em relação ao tema nos últimos 30 anos.

Os fiéis neopentecostais parecem conviver bem com a proatividade de suas igrejas na política eleitoral, o que pode justificar o sucesso de instituições como a IURD na eleição de seus candidatos. Por outro, embora algumas igrejas pentecostais tenham se lançado na corrida eleitoral, como é o caso das Assembleias de Deus (Machado, 2006; Oro, 2000; Burity, 2008), os nossos dados indicam que parte significativa dos fiéis pentecostais continua incomodada com tamanha aproximação, o que pode ajudar a entender porque esta organização, embora sendo a maior igreja evangélica do Brasil, com mais 15 milhões de fiéis (IBGE, 2010) não possui uma representatividade política equivalente à sua magnitude. Por seu lado, as igrejas históricas já poderiam figurar no cenário político eleitoral com mais vigor, pois, provavelmente, encontrariam apoio de parte significativa de seus fiéis.

Tentamos aprofundar a temática invertendo a relação. Se a questão anterior buscava compreender como o evangélico se sentia diante da aproximação das instituições religiosas com a política, a questão seguinte exigia que se posicionassem diante da possibilidade do uso de verbas públicas na construção de templos. Com esta

pergunta tentamos captar, entre outras coisas, o grau de percepção do papel da coisa pública para estes evangélicos urbanos.

Tabela 4. Opinião dos fiéis da amostra sobre o uso de verbas públicas para a construção de templos (2008/2009)

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Concordo	189	30,9
Discordo	307	50,2
Não tenho opinião formada	115	18,8
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Carreiro (2014)

Por um lado, 50% dos evangélicos urbanos são contra o uso de verbas públicas na construção de igrejas, enquanto outros 30,9% não vêem problemas na transferência dos recursos públicos para o financiamento de empreendimentos religiosos. Parece que se reflete/perpetua no interior das comunidades evangélicas, de forma significativa, uma perspectiva amplamente aceita e ainda cultivada por parte significativa da sociedade brasileira, na qual os recursos públicos podem ser utilizados para interesses privados. Mesmo assim, em solo urbano, já encontramos uma postura majoritária contrária a essa visão. Entrevistas realizadas por nós visando aprofundar essas percepções indicam a perpetuação seja da corrupção seja da falta de limites claros entre o público e privado. Abaixo destacamos o trecho de uma entrevista com um pastor que parece ilustrativo.

A igreja faz um trabalho social como nenhuma outra instituição nesse país faz. Salvamos drogados, libertamos prostitutas, cuidamos de crianças carentes, meninos de rua, todas essas coisas, e outras. Não sou contra usar recursos públicos para construir templos. Nós levamos a palavra de Deus a essas pessoas. Através da igreja pessoas mudam de vida, entende? (Entrevista Pr. J. C. S. 2011 São Luis)

Infelizmente não foi possível fazer a separação entre o que pensa o conjunto de fiéis e o que pensam as lideranças sobre o tema. O que podemos fazer aqui, a partir das entrevistas com líderes e dos dados quantitativos, indicar que há um contraste entre as visões da maioria

dos fiéis entrevistados e de parte das lideranças sobre a coisa pública.

Mais uma vez nos indagamos se as diferentes correntes evangélicas teriam opiniões distintas sobre a temática, ou se se manteriam nos mesmos patamares quanto ao tema em questão. Neste caso, os dados sugerem uma perspectiva mais utilitarista da coisa pública por parte de alguns grupos religiosos, enquanto outros teriam maiores problemas de assumir a mesma postura. 22,1% dos protestantes históricos que responderam o questionário concordam com a transferência de recursos públicos para os projetos privados das igrejas. Entre os neopentecostais o número sobe para 33,1% e dá novo salto para 36,8% entre os pentecostais. Mesmo assim, ainda existe uma maioria da população evangélica urbana que afirma discordar de tais práticas, independente do segmento evangélico. Embora, os dados não nos permitam afirmar com precisão, as pesquisas qualitativas que estamos realizando nos levam a desconfiar que no interior da cúpula das organizações religiosas, tais relações são mais aceitas do que entre a comunidade de fiéis, o que levaria a visões distintas da coisa pública entre elite religiosa e comunidade. Neste caso, pastores e líderes, que também fazem parte da elite econômica desse segmento, estariam mais propícios a corrupção ou indistinção entre público e privado.

Outra possibilidade real que não pode ser esquecida é a da própria perspectiva de conceber aquilo que é público, devendo ser usado exclusivamente no interesse público, e da compreensão de parte da população desse princípio, o que seria compatível com a premissa de que as concepções de cidadania moderna amadureceram especialmente em solo urbano e em certos estratos sociais economicamente privilegiados e que parte dos evangélicos de um modo geral comunga desses valores, porque também pertencem a esses extratos. Indagamos-nos, então, se o tema em questão não teria forte relação com a variável renda. Neste caso, não se trataria de afirmar que pentecostais teriam tendências mais clientelísticas/corruptas do que protestantes históricos, e sim perceber que a fonte da explicação estaria na educação de classe. Resolvemos cruzar duas variáveis e os resultados indicam que em geral, quanto maior a faixa salarial, maior o grau de desaprovção de tal prática, independente da filiação religiosa o que esclarece

os dados anteriores. Como o público alcançado pelo pentecostalismo e neopentecostalismo são, majoritariamente, os mais pobres entre os evangélicos, conforme nos informar IBGE (2000, 2010), segue que entre eles prevalecem visões menos clara sobre o sentido da coisa pública. Como dito anteriormente, as investigações ainda em curso com lideranças evangélicas, indicam que, também entre eles, em geral, não há limites claros entre público e privado e seus padrões morais são um pouco mais dilatados e muitos aceitam ofertas especiais, brindes, empregos públicos, doações de terrenos, etc.

Tabela 5. Opinião dos fiéis da amostra sobre o uso de verbas públicas para a construção de templos segundo composição de renda (2008/2009)

	Concordo		Discordo		Não tem opinião formada		Total
Até 2 S/M	38	40,0%	34	35,8%	23	24,2%	100%
2-4 S/M	57	36,8%	70	45,2%	28	18,1%	100%
5-7 S/M	35	30,4%	54	47,0%	26	22,6%	100%
8-10 S/M	25	30,5%	42	51,2%	15	18,3%	100%
11-13 S/M	12	23,5%	31	60,8%	8	15,7%	100%
14-19 S/M	17	35,4%	27	56,3%	4	8,3%	100%
20-26 S/M	5	16,1%	23	74,2%	3	9,7%	100%
Acima de 27 S/M	0	0%	26	76,5%	8	23,5%	100%

Fonte: Carreiro (2014)

### 3.1 Uma primeira tentativa de síntese

As pesquisas de campo e a revisão da literatura (Oro, 2006, 1982; Alencar, 2005, 2010, 2003; Rolim, 1985; Freston 1993; Novaes, 2001, entre outros) nos permitem indicar três posturas distintas: Em primeiro lugar não é de hoje que o pentecostalismo negocia de maneira eficiente seu apoio político a determinados candidatos em troca de benefícios, o que lhe garantiu em todo o Brasil terrenos, praças, concessões de rádio, empregos e cargos públicos a seus líderes (sobre o tema conferir Fonseca, 1998, 2002; Alencar 2005; Baptistas, 2007, 2009, 2014; Campos, 2006). Distrito Federal e Maranhão são grandes exemplos da relação negocial travada entre lideranças pentecostais e políticos eleitos ou em processo de eleição, na qual o voto dos fiéis tem sido penhorado. Por seu lado, as igrejas protestantes históricas sempre

tiveram maiores dificuldades em resolver e aceitar as investidas de agentes políticos interessados no seu apoio institucional em eleições municipais e estaduais (Alves, 1979). As tentativas de candidatos de cooptar os votos dos fiéis destas igrejas esbarram em uma série de entraves dentre os quais destacamos dois: 1) são grupos compostos por pessoas das classes médias (IBGE, 2000, 2010; Campos, 2005; Neri, 2011), com maior nível de escolaridade e de renda entre todos os evangélicos; 2) muitas igrejas têm origem europeia e americana e as marcas históricas da cultura de separação entre religião e política ainda se faz presente no imaginário e no sistema ético/doutrinário das lideranças e das instituições como um todo, o que mantém as distâncias entre estes mundos da vida. Nesse caso, o apoio nunca, ou quase nunca ocorre de maneira explícita e a força da instituição na orientação do voto para este ou aquele candidato é bem reduzida (Campos, 2005, 2006; Baptista 2009; Burity, 1997, 2002).

Por seu lado, os novos grupos evangélicos, aqui denominados de neopentecostalismo, possuem uma trajetória diferente de inserção na política. (Freston 1993; Campos 1997, 2006; Novaes, 2001). Com um modelo de governo organizacional centralizado, pastores e bispos possuem pouca autonomia e total desautorização para negociar individualmente apoio a candidatos na esfera estadual e municipal (Carreiro, 2008). A inserção do neopentecostalismo na política ou ocorre através das candidaturas próprias e oficiais com apoio institucional ou não ocorrem (Campos, 2005; Baptista, 2009). Como assevera Baptista (2014) o caso da inserção da IURD na política é emblemático e tem sido copiado por muitas outras denominações. É uma organização que não faz negociações nas esferas inferiores (estadual e municipal) barganhando os votos de seus fiéis em troca de miudezas. Desde a abertura política, ela vem elegendo seus próprios representantes e a partir dessas representações obtém o que deseja.

### **3.2 Políticos evangélicos e o novo papel das igrejas em eleições**

Ao propor conhecer mais sistematicamente a relação entre as organizações evangélicas e a comunidade de fiéis, o foco de nossa

atenção recaí, agora, sobre a eficácia organizacional das igrejas na orientação do voto de seus fiéis e, como corolário dessa questão, interessa compreender qual o papel destinado às organizações evangélicas na política eleitoral brasileira na atualidade.

Quando usamos o termo comunidade aplicando-o aos grupos evangélicos, mesmo urbanos, estamos usando-o com o sentido sociológico que esta categoria carrega. Falar em comunidade é ter como referência um conjunto de interações entre determinados sujeitos, interações carregadas de significados e expectativas. Os membros agem não de forma isolada, mas referenciados segundo certas orientações, segundo crenças compartilhadas, valores e visão de mundo. A comunidade age pedagogicamente na socialização e ressocialização de seus membros, tenta inculcar crenças, padrões ético/morais, em muitos casos, consideravelmente diferenciados do restante da população.

As igrejas são as agências especializadas na construção do espírito comunitário. Elas prestam serviços mágicos de cura, libertação de espíritos, explicações para os infortúnios e para o sucesso dos sujeitos. Oferecem ainda, ambiente propício para os pais criarem seus filhos, um espaço social para estreitar relacionamentos e criar laços de amizade. Além disso, criam sentimentos de pertencimento social, seja ao promover a socialização das crianças e dos recém-chegados de acordo com as normas culturais ou morais, seja ao fornecer um determinado status aos indivíduos e uma identidade social. Quanto mais eficientes são as igrejas no oferecimento dos serviços, sejam eles compensadores mágicos ou recompensas religiosas (Stark, 1987), mais forte tende a ser o vínculo com os sujeitos e mais sacrifícios podem solicitar dos fiéis.

O conjunto das relações/interações fortalece o sentimento de pertencimento e a identidade religiosa dos grupos. Cotidianamente as organizações (via doutrina), reforçam a crença de que seus membros são ética e moralmente diferente de um não crente. Reforçam a ideia de um suposto padrão ético/moral diferenciado, adquirido, sobretudo, com a passagem do sujeito do mundo do pecado para a comunidade de eleitos, via conversão, e frequência das atividades religiosas.



Assembleias de Deus, Igreja Universal e Sara Nossa Terra, são bons exemplos de vivência comunitária em solo urbano brasileiro. Obviamente, nas cidades, as orientações e influências das organizações religiosas são balizadas/filtradas por muitas outras referências e experiências que também compõe a identidade social dos sujeitos (Carreiro, 2011). É inegável a força das igrejas sobre o conjunto de membros frequentadores. Entretanto, qual seria a relação entre essa identidade religiosa e o sucesso eleitoral das organizações religiosas?

Ao lançarem seus próprios candidatos, as organizações religiosas tentam convencer seus membros de que seus candidatos são, realmente, diferentes e mais especiais do que os outros. Interessava saber, então, como os fiéis estavam reagindo a esse discurso? Perguntamos se os fiéis acreditam existir diferenças entre político evangélico e não-evangélico? As respostas explicitadas na tabela abaixo revelam que 53,8% afirmaram haver diferenças entre um e outro, enquanto 30% não acreditam existir tais diferenças.

Tabela 6. Opinião dos fiéis da amostra sobre diferenças ético-morais entre políticos evangélicos e não-evangélicos (2008/2009)

	Frequência	%
Sim	329	53,8
Não	183	30,0
Não tem opinião formada	99	16,2
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100%</b>

Fonte: Carreiro (2014)

Mais uma vez nos indagamos sobre as possíveis diferenças de opiniões entre as três tradições evangélicas no Brasil e os dados são elucidativos tanto para esta quanto para outras questões que colocaremos mais adiante. 51% dos protestantes históricos, afirmaram existir diferenças, enquanto entre neopentecostais eles seriam 50%. O pentecostalismo novamente se destaca dos demais segmentos evangélicos com 60,5% de fiéis que creem nessa ideia. Os dados revelam que a socialização comunitária afeta fortemente os sujeitos e pode ter efeitos político-eleitorais relevantes para as organizações que almejam mais espaço na política eleitoral como algumas igrejas pentecostais

e neopentecostais. Destacamos que apenas 25% dos evangélicos nominais, - aqueles que se declaram evangélicos, porém sem filiação a qualquer instituição religiosa- acreditam em diferenças significativas contra 41,7% que afirmam não haver nenhuma. As respostas dos evangélicos nominais podem ser lidas como um bom termômetro do peso institucional e socializador das comunidades. Quanto mais distante dos laços comunitários menos se crê em tais diferenças.

Tabela 7. Opinião dos fiéis da amostra sobre diferenças ético-moraes entre políticos evangélicos e não-evangélicos segundo tradições evangélicas (2008/2009)

	Sim		Não		Não tem opinião formada		Total
Protestante histórico	106	51,0%	42	28,8%	42	20,2%	100%
Pentecostalismo clássico	158	60,5%	29	28,4%	29	11,1%	100%
Novas igrejas pentecostais	59	50,0%	20	33,1%	20	16,9%	100%
Evangélico nominal	6	25,0%	8	41,7%	8	33,3%	100%
<b>Total : 611</b>							

Fonte: Carreiro (2014)

Muitas leituras poderiam ser feitas a partir dos resultados. Proporei uma que julgo importante: trata-se da eficiência de algumas instituições evangélicas na eleição de seus candidatos em eleições proporcionais no Brasil. É um fato sociologicamente relevante a inserção dos evangélicos na política brasileira nas últimas décadas (Baptista, 2009; Machado, 2006; Novaes, 2001; Pierucci, 1996). Embora sua presença no jogo político remonte ao início do século XX, desde a redemocratização tal inserção se mostrou mais evidente, mais organizada e com um número maior de representantes evangélicos. Estratégias novas surgiram nas últimas décadas tornando mais eficientes a penetração dos representantes de muitas igrejas nesse espaço. Entretanto, diferentemente do que ocorria no passado (refiro-me aos primeiros 70 anos do século XX) em que a filiação religiosa evangélica era um subproduto da identidade pessoal de políticos (Café Filho, Ernesto Geisel, entre muitos outros), e tinha um peso ínfimo em relação ao seu sucesso ou fracasso nas eleições, hoje

ela e o apoio das organizações a qual os candidatos estão filiados ou comandam é que garantem o sucesso a cada pleito. As pesquisas de Baptista (2009), Freston (1993), Burity E Machado (2006), Pierucci (1996), Borges (2007), Campos (2006), Cunha (2016) corroboram com nossa afirmação. A taxa de sucesso eleitoral de organizações religiosas como a IURD, Assembleia de Deus ou mesmo Sara Nossa Terra, é altíssima em todo o Brasil (Oro, 2003; Cunha, 2016). Na verdade, supera qualquer outra organização social com interesses no jogo político, seja partido, sindicato ou associação. Excetuando-se uns poucos casos em que a filiação religiosa continua um subproduto da identidade do político, a literatura especializada que trata do tema nos últimos 25 anos (Freston (1993), Baptista (2009), Machado (2006), Mariano e Pierucci (1992), Prand E Pierucci (1996), Cunha (2016) nos informam que a ampla maioria dos evangélicos eleitos nos últimos pleitos a vereador, deputado estadual e federal em todo o Brasil só conseguiram tal proeza porque foram apoiados por suas comunidades religiosas<sup>4</sup>.

---

4 A título de ilustração, apresentamos abaixo a bancada evangélica de deputados federais no pleito 2015-2019, e sua filiação religiosa. Com uma ou outra exceção, a maioria dos eleitos abaixo não tem trajetória política, não possui lastro político, apenas religioso. Por isso, seria impossível para os deputados filiados a IURD, Assembleia de Deus, Internacional da Graça de Deus, Quadrangular, Mundial do poder de Deus, terem sido eleitos sem o apoio das máquinas religiosas a qual estão filiados ou comandam. Nesse sentido, mais de 70% da bancada evangélica, só existe porque a máquina religiosa tem sido usada para capitanear os votos de seus membros na eleição desses deputados (Baptista, 2007, 2009). Silas Câmara PSD – Assembleia de Deus, Irmão Lazaro – PSC – Novo Músico BatistaMárcio Marinho – PRB – Iurd, Sérgio Brito – PSD – Batista, Erivelton Santana – PSC – Assembleia de Deus, Ronaldo Martins – PRB – Iurd, Ronaldo Fonseca – Pros-Assembleia de Deus, Sérgio Vidigal – PDT – Batista, Manato – SD – Cristã Maranata, Fábio Sousa – PSDB – GO – Fonte da Vida, João Campos – PSDB – Assembleia de Deus, Lincoln Portela – PR – Batista Nacional, Leonardo Quintão – PMDB – Presbiteriana, Stefano Aguiar – PSB – Evangelho Quadrangular, George Hilton – PRB – Iurd, Weliton Prado – PT – Assembleia de Deus, Julia Marinho – PSC – Assembleia de Deus, Josué Bengtson – PTB – Evangelho Quadrangular, Pastor Eurico – PSB – Assembleia de Deus, Anderson Ferreira – PR – Assembleia de Deus, Rejane Dias – PT – Batista, Christiane Yared – PTN – Catedral do Reino de Deus, Takayama – PSC – Assembleia de Deus, Delegado Francischini – SD – Assembleia de Deus, Eddmar Arruda – PSC, Clarissa Garotinho – PR – Metodista, Eduardo Cunha – PMDB – Sara Nossa Terra, Sóstenes Cavalcante – PSD – Assembleia de Deus – Ministério Vitória em Cristo, Washington Reis – PMDB – Nova Vida, Aureo – SD – Metodista, Arolde de Oliveira – PSD – Batista, Benedita da Silva – PT – Assembleia de Deus, Francisco Floriano- PR – Mundial do Poder de Deus, Marcos Soares- PR-Evangelho Quadrangular, Antônio Jácome – PMN – Assembleia de Deus, Nilton Capixaba – PTB – Assembleia de Deus, Marcos Rogério – PDT – Assembleia de Deus, Jhonatan de Jesus – PRB – Iurd, Onyx Lorenzoni – DEM- Luterana, Ronaldo Nogueira-PTB-Assembleia de Deus, Pastor Jony – PRB – Iurd, Laércio Oliveira – SD-Presbiteriana, Pastor Marco Feliciano – PSC – Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus, Jorge Tadeu Mudalen-DEM-Internacional da Graça, Bruna Furlan-PSDB-Congregação Cristã no Brasil, Jefferson Campos-PSD -Evangelho Quadrangular, Missionário José Olimpio-PP-Mundial do Poder de Deus, Antônio Bulhões-PRB- Iurd, Pastor Gilberto Nascimento-PSC-Assembleia de Deus, Edinho Araújo-PMDB-Presbiteriana, Paulo Freire-PR-Assembleia de Deus, Roberto de Lucena-PV – O Brasil para Cristo

As respostas acima indicadas ajudam a explicar o sucesso de candidatos sem trajetória na política. Os candidatos oficiais destas instituições, como ocorre na IURD, sequer precisam de horário eleitoral em tempos de campanha, pois já possuem público cativo durante o ano inteiro. Associado a isso está a crença no discurso de que o político evangélico é ético e moralmente diferente e a blindagem organizacional das investidas de outros candidatos exteriores ao corpo institucional.

Embora a maioria dos evangélicos discorde das aproximações entre estas esferas da vida e sentem-se incomodados com as investidas dissimuladas de políticos nas instituições religiosas, - como apontamos com as tabelas acima, - as filiações religiosas são mais fortes do que o desconforto ético/moral dos fiéis com as posturas das lideranças e se sobrepõe a este incomodo. Assim, começamos a entender o sucesso de algumas organizações religiosas na política eleitoral brasileira. Entendemos também o significado profundo do termo FIEL. Mesmo contrariados, muitos seguem as orientações da máquina religiosa, postura que não parece ser muito diferente da encontrada nos partidos políticos, sindicatos e associações, excetuando-se o fato de que nelas boa parte das decisões são colegiadas, o que não é o caso das igrejas.

Rolim (1980, 1985) e boa parte dos cientistas sociais que problematizaram estas questões até a década de 1990 (D'Épinay, 1970; Fry, 1975; Souza, 1969; Alves, 1979) alertaram para o caráter passivos e obedientes dos evangélicos, sobretudo pentecostais, às lideranças. Para Rolim, a crença no poder de Deus e o princípio religioso da obediência à autoridade constituída seriam dois princípios que facilitariam a dominação da comunidade por pastores e líderes.

Se tomarmos essa afirmação como ponto de partida e não de chegada da pesquisa, poderemos compreender melhor a lógica interna que orienta a ação dos sujeitos. O que está em jogo e que é sociologicamente relevante é, por um lado, a intensidade da filiação religiosa e a centralidade das comunidades para os sujeitos, mesmo urbanos e, por outro, a pouca importância atribuída pela população à vida política partidária, das ideologias de partido e do próprio significado da política, no cotidiano e no futuro do país. Abaixo, um outro dado ajuda a

compor esse quadro. Perguntamos se os evangélicos teriam simpatia por algum partido político e os resultados merecem atenção.

Tabela 8. Afinidade dos evangélicos da amostra com partidos políticos (2008/2009)

	Frequência	%
Sim	115	18,8
Não	431	70,5
Não tem opinião formada	65	10,6
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100%</b>

Fonte: Carreiro (2014)

As respostas demonstram uma tendência já presente na sociedade brasileira de distanciamento da população da política partidária. Enquanto 18,8% dos evangélicos afirmaram ter afinidades com partidos políticos, dos quais a maioria se alinhou a esquerda (PT, PDT, PC do B) 70,5% dos entrevistados responderam não ter preferências por nenhuma corrente seja ela de esquerda, de centro ou direita. Os resultados são mais elevados do que a média encontrada no Brasil desde a redemocratização<sup>5</sup>. São índices de rejeição partidária semelhantes apenas ao encontrado pelo IBOPE após a campanha eleitoral de 2014. Naquele momento, 73% dos eleitores não se identificavam com nenhuma corrente política, a maior taxa já registrada desde 1988 e 11 pontos percentuais acima da média histórica que gira em torno dos 62% (IBOPE, 2014). Noutros termos, os evangélicos encontram-se ainda mais distantes – em quase 10% - da política partidária brasileira, quando comparamos com o restante da população. É plausível, então, afirmar que o vácuo político-partidário em que os evangélicos se encontram tem sido preenchido pela orientação das organizações religiosas. São as igrejas, na atualidade, as principais instituições a influenciar a vida, inclusive política dos fiéis urbanos.

### 3.3 Uma segunda tentativa de síntese

É necessário retomar questões anteriores e avançarmos um pouco mais na análise do fenômeno. Como indicado linhas atrás, a

<sup>5</sup> Os dados históricos são produzidos pelo Núcleo de Jornalismo de Dados do Jornal O GLOBO e acompanhou as campanhas 2002, 2006 e 2010. A série foi construída levando em consideração as pesquisas do Datafolha realizadas nas primeiras semanas de setembro de cada eleição.

cada eleição e a de 2014 foi um bom exemplo, algumas igrejas não apenas foram objetos de cortejo de candidatos e partidos, mas, elas próprias assumiram posturas semelhantes e agiram semelhantemente a partidos políticos. Se no passado a máquina religiosa e todo o seu capital simbólico (Bourdieu, 1974) era movimentado para eleger alguém fora de seu corpo, nesta nova fase desenvolvimental de suas estruturas - como ficou claro com a composição bancada evangélica de 2014 - elas mobilizam recursos, demonizam os candidatos externos e sacralizam os seus, objetivando se fortalecer na esfera política. As palavras de um entrevistado são emblemáticas dessa nova postura:

Não há igreja forte fora da política. Tudo que se vai fazer numa grande cidade como esta, “meu jovem”, precisa de um apoio político. Temos muitas congregações construídas em terrenos irregulares e elas nunca foram derrubadas e você sabe porque? Porque temos deputados na câmara distrital e pessoas nossas na TERRACAP que não deixa. (Pr. N. de S. G. Entrevista realizada em 18/10/2014 – Brasília-DF)

Há assim, por parte de algumas organizações religiosas, um processo avançado de eliminação do intermediário entre elas e o parlamento (nacional, estadual e municipal). Contudo, diferentemente dos partidos políticos, geralmente malsucedidos na mobilização de seus correligionários, o sucesso das instituições religiosas, pelas razões acima indicadas, é elevadíssimo. Mesmo contrariados e incomodados com a instrumentalização das instituições e de sua aproximação com a política partidária/eleitoral, uma imensa maioria de evangélicos urbanos segue apoiando, com seus votos, os projetos políticos e de poder das igrejas, o que parece óbvio, dado o grau de identificação que possuem com as organizações.

Quando analisadas macrosociologicamente, as respostas formam um quadro analítico importante. Destacamos três elementos: 1) somos uma sociedade em que, excetuando-se as eleições presidenciais – e sobre isso trataremos mais adiante -, os partidos e suas ideologias não possuem nenhum ou quase nenhum peso quanto à orientação do eleitorado (Singer, 2000; Oliveira 1998; Carreirão,

2002, 2006); 2) por outro lado, as instituições religiosas, mesmo em solo urbano, ocupam posição privilegiada na constituição da identidade dos sujeitos, atuando também como força pedagógica, normalizadora e orientadora inclusive da vida política das pessoas; e 3) paulatinamente algumas igrejas vem deixando de trabalhar para políticos externos ao seu corpo organizacional e, nos últimos 20 anos, pelo menos, mergulharam organizadamente na vida política nacional marcando posição e galgando espaços antes dominados por outros setores da sociedade (Freston, 1993; Machado, 2006; Prandi e Pierucci, 1996; Oro, 2003, 2006; Borges, 2007; Baptista, 2009; Cunha, 2016). Neste quadro, as igrejas tendem a ocupar um papel cada vez mais importante no cenário político brasileiro.

Ponderações são necessárias aqui, pois sem elas, uma visão equivocada do cenário político-religioso poderia ser apresentada. A principal delas diz respeito ao fato de que não são todas as organizações evangélicas que se lançaram de forma tão organizada e proativa na esfera da política. Este é o caso específico de Igrejas como a IURD, algumas correntes das Assembleias de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Internacional da Graça de Deus, Batistas e Presbiterianas de tradição pentecostal, entre outras<sup>6</sup>. O caso das Assembleias de Deus e IURD são, sem sombra de dúvida os mais bem-sucedidos do cenário nacional; a primeiro pela força carismática/tradicional das lideranças; a segunda, pela capacidade de organização institucional que calcula quantos candidatos ela pode lançar e eleger a cada pleito e, a partir desse cálculo, dividir a comunidade e capitanear de forma muito precisa os votos dos fiéis para os candidatos oficiais específicos, ao mesmo tempo em que fecha completamente a instituição para ação de candidatos não oficiais (Maia, 2006; Bohn, 2004; Borges, 2007).

As demais instituições evangélicas que conseguem eleger candidatos seguem a lógica das Assembleias de Deus de fazer política a partir da dominação tradicional/carismática. Em geral são as mais importantes lideranças, em muitos casos, os fundadores ou

---

6 A título de ilustração, em 2014 as igrejas que mais elegeram deputados federais oriundos de seus quadros de fiéis foram: Assembleia de Deus: 19, Batista: 10, IURD: 7, Presbiteriana: 7, Renascer e Evangelho Quadrangular: 4 cada uma.

membros do alto clero das igrejas que se lançam e pela força do carisma pessoal e do tamanho da comunidade, muitos alcançam sucesso.

Obviamente que as aventuras das organizações religiosas no campo da política passa necessariamente pela filiação dos seus candidatos a esse ou aquele partido, e, uma vez no interior dos partidos, as determinações das coligações dominam a agenda dos representantes religiosos. Neste caso, toda a força mobilizadora da comunidade é neutralizada e, na verdade, canalizada para os grupos políticos dominantes e seus interesses.

Importa ainda lembrar que aqueles que são eleitos por suas comunidades como candidatos oficiais como é o caso da IURD, estão lá para atender as demandas das organizações e de seus líderes (Freston; 2006 Baptista, 2009; Oro, 2006). Suas ações como congressistas, em termos ético/morais estão umbilicalmente atreladas as orientações da igreja que o elegeu. No caso da IURD, o controle é total. É esse o preço cobrado pelo apoio da máquina religiosa (Oro, 2003; Souza, 2002; Conrado, 2000, Machado, 2006). Por seu lado, no modelo pentecostal, especialmente o das Assembleias de Deus, uma vez eleitos, os políticos, - em sua ampla maioria, as lideranças/fundadores das igrejas, - se descolam da comunidade que o elegeu e passam atuar na política com ampla liberdade.

Quanto a este tema, as pesquisas de Freston (1993), Cassota (2016), Baptista (2009), Mariano (1999) nos informam que raramente surgem políticos evangélicos que conseguem pensar os problemas mais gerais do país, do Estado ou do município. Na verdade, a ampla maioria se mostra satisfeita quando consegue algum tipo de benefício para si e suas organizações, como concessão de rádio ou Tv, terrenos para a construção de templos, etc. Não por acaso, como alertam os pesquisadores, são muito propensos à corrupção e a infidelidade partidária. O amadorismo e a mesquinhez do *modus operandis* é a marca da maioria deles, o que os torna massa de manobra no jogo político em todas as esferas, seja federal, estadual ou municipal (Mariano, 2006; Maia, 2006; Bohn, 2004).



### 3.4 Um ponto fora da curva: as eleições majoritárias

Quando mudamos o foco para as eleições majoritárias, como é o caso de eleições presidenciais, a lógica que orienta o voto evangélico assume outras características. Neste caso, as pesquisas indicam que, se no passado os evangélicos sempre se posicionaram politicamente mais à direita (Alves, 1979; Rolim, 1985, Mendonça, 1995, 2002; Fernandes, 1998), desde a eleição presidencial de Lula em 2006 vem se consolidando um forte eleitorado evangélico de inclinação mais à esquerda (Cunha, 2016; Bonh, 2004; DATAFOLHA (2014)<sup>7</sup>. Em 2006, quase 55% dos evangélicos da amostra votaram em Lula.

Tabela 9. Como votaram os evangélicos da amostra nas eleições presidenciais de 2006

	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
A favor do governo	335	54,8
Contra o governo	123	20,1
Anulou o voto	32	5,2
Não sabe/não lembra	121	19,8
<b>Total</b>	<b>611</b>	<b>100%</b>

Fonte: Carreiro (2014)

Embora se possa constatar que partidos políticos pouco importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros, o que no nosso entender favorece o sucesso eleitoral das instituições religiosas nas eleições proporcionais, nos alinhamos com as análises de Braga (2011), quando afirma que esse cenário de baixa identificação partidária não é aplicável às eleições presidenciais. Sobre isso, a autora assevera:

Mesmo aqueles eleitores que não sabem se preferem determinada linha partidária, seja pela distância e aversão que possuem em relação à política; seja pelo baixo conhecimento cognitivo acerca das legendas, a convivência com elas marca subjetivamente suas preferências ano após ano, eleição após eleição, estabelecendo inclinações que fomentam e enquadram a realidade político-eleitoral. Por outro lado, gover-

<sup>7</sup> Pesquisa Datafolha realizada em 08/09/2014. <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/datafolha-por-regiao-idade-escolaridade-renda-religiao-e-porte-do-municipio.html>.

nos bem-sucedidos em suas administrações também são cruciais para a formação de percepções positivas quanto à capacidade dos partidos representarem os anseios da sociedade, redundando em agentes eficientes na avaliação dos eleitores. As reeleições do PSDB (1998) e do PT (2006), e em seguida, a eleição do sucessor petista em 2010, são evidências nesse sentido. (Braga, 2011, p.273)

Os resultados de nossa amostra 2008/2009 com os evangélicos são semelhantes aos encontrados por Braga (2011). Interessante perceber que, no caso das eleições presidenciais, as igrejas perdem muito de sua capacidade mobilizadora. Noutros termos, elas não conseguem influenciar o voto de seus fiéis na direção que desejam. Tomemos o caso das eleições presidenciais de 2014; Apesar da adesão dos principais líderes e pastores brasileiros, Aécio Neves não conseguiu o voto da maioria dos evangélicos no segundo turno<sup>8</sup>.

Em meio a tantas figuras ilustres, em tese, as mais influentes lideranças evangélicas dos últimos 30 anos, era de se esperar que Aécio fosse mais bem-sucedido entre o eleitorado evangélico e viesse a superar a candidata petista. Aécio Neves perdeu as eleições, e isso tem uma importância fundamental para a sociologia política que estuda os evangélicos no Brasil. Em primeiro lugar, os resultados das eleições demonstram que os evangélicos não decidem eleições majoritárias no Brasil, muito menos as eleições presidenciais. Em eleições como estas, muitas outras variáveis surgem e são objeto de reflexão da população como um todo e dos evangélica em especial. Neste caso, há limites na influência das lideranças no voto dos fiéis.

---

8 Anunciaram oficialmente apoio a Aécio, além do pastor Everaldo (Assembléia de Deus) no segundo turno, Valdemiro Santiago (líder da Igreja Mundial do Poder de Deus), Valnice Milhomens (INSEJEC), Renê Terra Nova (Ministério Internacional da Restauração), Robson Rodovalho (Sara Nossa Terra), Caio Fábio, César Augusto (Igreja Fonte da Vida). Além destes, a CGADB (A Convenção Geral das Assembleias de Deus na Brasília maior denominação evangélica do Brasil, também confirmou sua posição em favor do candidato de oposição. As fileiras do PSDB foram engrossadas ainda por importantes cantores do meio evangélico tais como: Thalles Roberto, Davi Sacer, Ana Paula Valadão, André Valadão, Tonzão, Flordelis, Lauriete, Aline Barros, Regis Danese entre outros. Magno Malta e Marco Feliciano atuaram fortemente em favor da candidatura do PSDB. Dentre as figuras mais importantes da mídia evangélica, Silas Malafaia atacava publicamente em seus programas televisivos as posturas anticristãs da candidata petista e no segundo turno declarou publicamente seu voto em Aécio. O bispo Manoel Ferreira, pastor presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira, talvez fora o único dos grandes caciques evangélicos a ficar com o PT. Fora ele, Edir Macedo presidente da Igreja Universal fora acusado por Malafaia de apoiar a reeleição da petista, o que não foi confirmado publicamente.

Por mais que o carisma dos principais expoentes evangélicos brasileiros, acima indicadas, tenha sido empregado diuturnamente em prol do candidato psdbista, os fiéis membros destas comunidades levaram em consideração muitas outras questões. Neste caso específico, semelhantemente ao que ocorreu em 2006 quando votaram em Lula, a população evangélica, uma das mais beneficiadas por programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha vida, não titubeou, desobedeceu sua liderança e ajudou a reeleger Dilma Rousseff em 2014.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do artigo era indagar sobre a reação dos evangélicos urbanos às aproximações entre igrejas e política partidária, indagar também sobre o papel das organizações religiosas nas eleições e na capacidade de influenciar o voto dos fiéis. Os resultados da pesquisa indicam, em primeiro lugar, que os evangélicos não se constituem como grupo social à parte, - no sentido sectário do termo - do restante da sociedade, cultivando valores e externando-os em comportamentos diferentes do restante da população. Embora comunhem de sistemas doutrinários não compartilhados pelo restante da população brasileira, reproduzem os mesmos padrões sociais existente como aversão a partidos políticos, por exemplo. Nestes termos, antes de serem evangélicos, são brasileiros reais e seus posicionamentos refletem, através de *habitus, praticas e percepção do mundo*, (Bourdieu, 2003), as posições que ocupam na sociedade. Mas, também são membros de instituições religiosas que se mostram importantes em suas vidas. Embora a filiação religiosa seja uma entre muitas variáveis a interferir no julgamento dos sujeitos, não podemos excluí-las de qualquer análise sociológica que se faça com este segmento da sociedade. Milhões de evangélicos urbanos frequentam as comunidades religiosas semanalmente, milhões vão às igrejas duas, três ou quatro vezes por semana. Muitos nasceram e foram criados no interior dessas organizações e, por essas razões elas ocupam um papel de formadora de opinião. O restante da popu-

lação brasileira não possui uma instituição tão presente em seu cotidiano. Contudo, estes fiéis são muitas outras coisas também e sofrem influência de diversas forças em suas vidas nas grandes cidades.

É verdade que as instituições religiosas são bem-sucedidas em sua capacidade de movimentar os fiéis nesta ou naquela direção como ocorre no caso de eleições proporcionais, mas as explicações para esse fenômeno estão intimamente ligadas ao grau de eficiência delas em construir laços sociais fortes de identidades com os fiéis e canalizá-los para a vida político-partidária. Por outro lado, se perpetua no país uma cultura política de distanciamento e não identificação dos sujeitos com partidos políticos, entidades de classe, etc. É nesse sentido, que, por mais atraentes que sejam as teorias da alienação ou do voto de cabresto e seu correlato voto de cajado, nas tentativas de explicar as relações entre fiéis instituições religiosas, elas não se sustentam diante da realidade. A compreensão da lógica do voto evangélico passa pelo entendimento das afinidades ou não dos fiéis com determinadas instituições (igreja, sindicato, partido), com o sentido que atribuem a determinadas eleições (majoritárias e proporcionais) bem como a capacidade avaliativa própria de fazer determinadas escolhas, tendo como referência, também, os interesses particulares (bolsa família, minha casa minha vida, etc).

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. *Protestantismo Tupiniquim*. Hipóteses sobre a (não) contribuição protestante à cultura brasileira. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. *Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)*, São Paulo Arte Editorial, 2010.

ALVES, R. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

BAPTISTA, S de T. C.. *Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira: um estudo sobrecultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo: Izabela Hendrix, 2009.

\_\_\_\_\_. *Presença pentecostal na política brasileira: entre as falácias do*

- poder e os desafios do servir. In: OLIVEIRA, David M. de. (Org.). *Pentecostalismo e unidade*. 1ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, pp.199-208.
- \_\_\_\_\_. Estudos sobre fundamentalismo evangélico e pentecostalismos em suas incursões pela política brasileira. In: Emerson Sena. (Org.). *Novas Leituras do Campo Religioso Brasileiro*. 1ª Ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2014, v. , pp. 281-309.
- \_\_\_\_\_. Pentecostalismo e cultura política brasileira. In: CARREIRO, G. S.; Araújo, L. S.; FERRETTI, S. F.; LIMA, T. S. (Orgs.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. 1ª Ed. São Luís, MA: EDUFMA, 2013, v. 1, pp. 231-252.
- \_\_\_\_\_. Fundamentalismo e identidades no campo evangélico brasileiro. In: CONCEIÇÃO, Douglas R. da; MORAES JÚNIOR, Manoel R. (Org.). *Religião no Brasil: ciência, cultura, política e literatura*. 1ª Ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2013, v. , pp.75-93.
- \_\_\_\_\_. Sucessão na Assembleia de Deus em Belém do Pará (1997): uma análise dos atos retóricos. *Terceira Margem: Amazônia*, v. 1, pp. 13-30, 2012.
- \_\_\_\_\_. Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). *Tese* (Doutorado em Ciências da Religião). Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista. São Bernardo do Campo, SP, 2007.
- BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo. Paulus. 1985.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. 10, nº. 2, pp.288-338, 2004.
- BORGES, T. D. P. Representação Partidária e a Presença dos evangélicos na Política Brasileira. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 27-78.

- \_\_\_\_\_. esboço de uma Teoria da Prática. In: *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. Ortiz, R (Org.). São Paulo, Olho D'Água. 2003
- BRAGA, M. S de S. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião pública*. v. 17, nº. 2, pp.271-303, 2011.
- BURITY, J. A. Religião, Política e Cultura. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 20, nº. 2, pp.83-113, 2008.
- BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2006.
- CAMPOS, L. S. De “Políticos evangélicos” a “políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, nº. 7, pp. 157-186, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2006, pp. 29-89.
- CONRADO, F. C. dos S. Cidadãos do Reino de Deus: um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- CAROZZI, M. J. Tendências no estudo dos novos movimentos religiosos na América: Os últimos 20 anos. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* — BIB, nº 37, pp.161-78, 1994.
- CARREIRO, G. da S. *Mercado Religioso Brasileiro: do monopólio à Livre Concorrência*. São Paulo: NELPA. 2008
- \_\_\_\_\_. Evangélicos Urbanos: rememorando e reinterpretando a presença evangélica no Brasil. In: CARREIRO, G. da S.; FERRETTI, S. F.; SANTOS, L. de A. (Orgs.). *Religiões e Religiosidades no Maranhão*. São Luís, MA: EDUFMA, 2011.
- \_\_\_\_\_. Relatório final de pesquisa apresentado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão. Projeto de Pesquisa: *Os evangélicos no mundo urbano: Um estudo da realidade socioeconômica, política e cultural dos evangélicos no*

- Distrito Federal e no Maranhão (2009-2014), 2014.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Vol.47, nº.1, pp.131-168, 2004.
- \_\_\_\_\_. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, nº. 2, pp.307-339, 2007.
- CASSOTA, P. L. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no legislativo brasileiro. *E-Legis*, Brasília, nº. 20, pp.75-101, 2016.
- CUNHA, M. N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Revista Perseu*, nº11, pp.147-166, 2016.
- D'EPINAY, C. L. *O Refúgio das Massas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970
- FERNANDES, R. C.; SANCHIS, P.; VELHO, O. G.; PIQUET, L.; MARIZ C. e MAFRA, C. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- FERNANDES, R. C. O Governo das Almas. In: ANTONAZI, A. et al. *Nem Anjos, Nem Demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FRESTON, P. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. *Tese* (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.
- \_\_\_\_\_. Evangélicos na política brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER, nº 16/1-2, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Religião e política sim, Igreja e Estado Não*. Viçosa, MG: Editora Ultimato. 2006.
- FRY, P. e HOWE, G. N. Duas respostas a aflição: Umbanda e pentecostalismo. *Debate e Crítica*, nº.6, pp.75-94, 1975.
- JACOB, C. R. et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 4ª ed. 1978.
- LÉONARD, E. G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE & JUERP, 1981

- LIMA, D. Alguns fiéis da igreja universal do reino de Deus. *Mana*, v. 16, nº 2, pp.351-373, 2010.
- LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e Mudança Social: desenvolvimento da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- MACHADO, M. das D. C. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- MAFRA, C.; SWATOWISKI, C.; SAMPAIO, C. O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos? *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 27, nº 78, pp.81-96, 2012.
- MAIA, E. L. C. Os evangélicos e a política. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2 nº 2, pp.91-112, 2006.
- MARIANO, R. & PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, nº34, pp. 92-106, 1992
- MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. A Igreja Universal no Brasil. In: ORO, A. P.; CORTEN, A. DOZON, J. P. (Orgs.) *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas Pentecostais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 3 (1), Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.
- MARIANO, R; HOFF, M.; e DANTAS, S. de Y. ToTy. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos religiosos. *Debates do NER*, Porto Alegre, nº10. 2006.
- MENDONÇA, A. G. *O Celeste Porvir*. São Paulo: Pendão Real, 1995.
- MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002
- NERY, M. C.. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV; CPS: 2011.
- NOVAES, R. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor Vincent (Org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 41-74.
- ORO, A. P. *O Avanço Pentecostal e a Reação Católica*. Petrópolis Vozes.



1996.

\_\_\_\_\_. Religião e Política na América Latina: Uma Análise da Legislação dos Países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, nº.27, pp. 281-310, 2000.

\_\_\_\_\_. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e Político brasileiros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 18, nº. 53, pp. 53-69, Oct. 2003.

\_\_\_\_\_. A Igreja Universal e a política. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C. (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2006

PARKER, C. *Otra lógica em América Latina: Religion popular y Modernizacion Capitalista*. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica. 1996.

PIERUCCI, A. F. & PRANDI, R. *A realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: USP/Hucitec, 1996, p. 163-191.

READ, W.; MONTEROROSO, V. e JOHNSON, H. *O Crescimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Ed. Mundo Cristão. 1969

RIBEIRO, B. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira Editora. 1973.

ROLIM, F. C. *Política nos Currals*. João Pessoa: Acauã, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pentecostais no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.

SCAMPINI, J. *Liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SIEPIERSKI, P. D. A Inserção e Expansão do Pentecostalismo no Brasil. In: BRANDÃO, S. (Org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

\_\_\_\_\_. Mutações no protestantismo brasileiro: o surgimento do pós-

- pentecostalismo. In: DREHER, M. N. (Org). *500 anos de Brasil e igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST/Cehila, 2002.
- SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva. 1992.
- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- STARK, R. & BAINBRIDGE, W. S. *A Theory of Religion*. New Brunswick, NJ: Rutgers University of California Press. 1987.
- SOUZA, B. M. de. *A Experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- SOUZA, E. C. B. de; MAGALHAES, M. D. B. de. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, nº. 43, pp.85-105, 2002.
- VEIGA, L. F. O eleitor diante do Horário Eleitoral. **Meio e Mensagem**, São Paulo, 08 abr. 2002.
- WIRTH, L. E. Sobre a Preservação da Identidade Étnica no Protestantismo de Imigração. In: SATHLER-ROSA, R. (Org.) *Culturas e Cristianismo*. São Paulo: Loyola, 1999.

### **Sites visitados:**

- [www.baianafm.com.br/partidos-politicos-registram-alto-indice-de-rejeicao](http://www.baianafm.com.br/partidos-politicos-registram-alto-indice-de-rejeicao). Acesso em /12/10/2015.
- [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)
- [www.datafolha.folha.uol.com.br](http://www.datafolha.folha.uol.com.br). Agosto 2015
- [www.exame.abril.com.br/brasil/noticias/afinal-qual-e-o-peso-do-voto-evangelico-nestas-eleicoes](http://www.exame.abril.com.br/brasil/noticias/afinal-qual-e-o-peso-do-voto-evangelico-nestas-eleicoes). Acesso em 10/10/2015.
- [www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB\\_2084-6\\_BRASIL](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_2084-6_BRASIL) (imprensa). pdf IBOPE. Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos. Brasil. Junho de 2014. Job2084-6.
- [www.fgv.br](http://www.fgv.br). Acesso em Julho 2015
- [www.gallup.com.br](http://www.gallup.com.br). Acesso em Agosto 2015.

[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008\\_2009\\_encaa/pof\\_20082009\\_encaa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf). Acesso em agosto de 2011.

IBGE. Censo demográfico: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>>. Acesso em: 17 agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. Contas Regionais do Brasil 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 85 p. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 14 de Dez 2015.

\_\_\_\_\_. Indicadores sociais: 2005. Rio de Janeiro: IBGE, n. 17, 2006. 330 p. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 11 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 293 p. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 20 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2005. 120 p. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 Julho. 2016.

[www.g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/datafolha-por-regiao-idade-escolaridade-renda-religiao-e-porte-do-municipio.html](http://www.g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/datafolha-por-regiao-idade-escolaridade-renda-religiao-e-porte-do-municipio.html). Pesquisa Datafolha realizada em 08/09/2014.

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Setembro 2014

[www.undp.br.org](http://www.undp.br.org)

**Recebido em:** 26/05/2016.

**Aprovação final em:** 19/12/2017.